



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social**

**Sub-eixo: Crítica ontológica ao racismo**

**“RACISMO” OU “RACISMO ESTRUTURAL”:  
DIFERENCIAÇÃO ONTOLÓGICA NA SOCIABILIDADE BURGUESA**

**LORRAINE MARIE FARIAS DE ARAUJO <sup>1</sup>**

**RESUMO**

O objetivo deste texto consiste em elucidar a diferenciação ontológica entre “racismo” e “racismo estrutural”. A partir do método marxiano, mediante a categoria totalidade, constata-se que o primeiro surge na gênese da sociedade de classes, enquanto o segundo é um fenômeno específico da sociabilidade burguesa, como um mecanismo de desumanização a serviço da valorização do valor.

**Palavras-chave:** Racismo. Racismo estrutural. Teoria do valor-trabalho. Ontologia histórico-social.

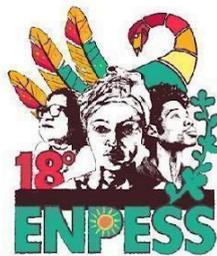
**ABSTRACT**

The aim of this text is to elucidate the ontological differentiation between ‘racism’ and ‘structural racism’. Using the Marxian method, through the category of totality, it emerges that the former arises in the genesis of class society, while the latter is a specific phenomenon of bourgeois sociability, as a mechanism of dehumanisation at the service of the valorisation of value.

**Keywords:** Racism. Structural racism. Labor theory of value. Historical-social ontology.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## 1 INTRODUÇÃO

### Negro drama

Nego drama  
Entre o sucesso e a lama  
Dinheiro, problemas, invejas, luxo, fama

Nego drama  
Cabelo crespo e a pele escura  
A ferida, a chaga, à procura da cura[...]

O drama da cadeia e favela  
Túmulo, sangue, sirene, choros e velas  
Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia  
Que sobrevivem em meio às honras e covardias

Periferias, vielas, cortiços  
Você deve tá pensando  
O que você tem a ver com isso?

Desde o início, por ouro e prata  
Olha quem morre, então  
Veja você quem mata

Recebe o mérito a farda que pratica o mal  
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural  
Histórias, registros e escritos  
Não é conto nem fábula, lenda ou mito [sic.] [...] <sup>1</sup>

O drama do negro, tratado na brilhante letra supracitada, deve continuar sendo abordado e elucidado, de modo a localizá-lo como parte fundamental da lógica do capitalismo. O objetivo deste texto consiste em elucidar a diferenciação ontológica entre “racismo” e “racismo estrutural”<sup>2</sup>, em que o primeiro possui origem na gênese da sociedade de classes, enquanto o outro é um fenômeno específico da sociabilidade burguesa, como um mecanismo de desumanização a serviço da valorização do valor. A partir do método marxiano, por meio da categoria totalidade, formada por um complexo de complexos que se inter-relacionam, analisamos a relação entre os

---

<sup>1</sup> Excerto da letra da música *Negro Drama*, composta por Aivaldo Pereira Alves (Edi Rock) e Pedro Paulo Soares Pereira (Mano Brown), pertence originalmente ao álbum *Nada como um Dia após o Outro Dia*, lançado em 27 de outubro de 2002.

<sup>2</sup>

O professor e pesquisador Silvio Almeida foi o primeiro a desvelar tal categoria, rebuscando desde a forma individual do racismo, até chegar a institucional e sobretudo a estrutural. Assim, o racismo estrutural não seria uma exceção, mas uma regra da sociabilidade burguesa (Almeida, 2018). Logo, tal autor realiza uma precisa contribuição sobre o racismo estrutural e sua especificidade no modo de produção capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

complexos “racismo” e “racismo estrutural” sob uma perspectiva ontológica histórico-social, em que pese a centralidade da objetividade na pesquisa científica.

O diálogo entre os dois complexos “racismo” e “racismo estrutural” é relevante na medida em que se perpetra o desvelamento da função social de tais complexos nas formas de sociabilidade a qual estiveram/estão circunscritos. O racismo enquanto forma de discriminação e preconceito étnicos pontuais se desenvolve desde a gênese da sociedade de classes, Estado e propriedade privada (Engels, 1984). “Encontramos discriminação e preconceitos étnicos dentro da Europa desde a Idade Média até os dias atuais, e a expansão europeia deu origem a um corpo coerente de ideias e de práticas associadas à hierarquia dos povos de diferentes continentes” (Bethencourt, 2018, p. 5).

Já o racismo estrutural, originário da era moderna (Almeida, 2018), é um fruto podre da sociabilidade burguesa que generaliza mundialmente o processo de racialização. Tal marcha engendra o racismo estrutural como específico da sociabilidade burguesa, este serve à aceleração da rotação do capital na acumulação primitiva do capital, em que destacamos a colonização como “aurora da produção capitalista” (Marx, 2017).

A noção de *raça* como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta os meados do século XIV. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*. Assim, a história da *raça* ou das *raças* é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (Almeida, 2018, p. 15, grifos do autor).

O método marxiano, com recorrência a uma ontologia histórico-social é o ponto de partida do nosso percurso metodológico, em que nos pautamos no processo de revisão bibliográfica mediante análise imanente do referencial teórico. Situamos temporalmente os dois complexos mencionados, para desvendarmos sua gênese, bem como erguemos teoricamente a elucidação da função social de tais complexos em cada sociabilidade, até chegarmos a natureza do objeto de pesquisa investigado, no sentido de apreendermos o seu *em-si* (Lukács, 1966). Prima-se, portanto, pela consideração da centralidade da objetividade (Tonet, 2013) no processo de pesquisa científica, em que o sujeito pesquisador deve refletir desantropomorficamente sobre a realidade para alcançar o seu cerne (Lukács, 1966).

Desta feita, intentamos chegar ao *ser-precisamente-assim* (ibid.) do nosso objeto, consubstanciado na elucidação do *concreto pensado*: “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 2008, p. 258). Isto não significa o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

exaurimento do objeto, tão somente constitui-se como um ponto de partida para posteriores reflexões sobre as categorias supracitadas. Sumariamos o corpo do texto em dois itens: 2 *Sociedade de classes e gênese do “racismo”*; 3 *Acumulação primitiva do capital, colonização e “racismo estrutural”*. Em nossas considerações finais, realizamos a articulação entre os dois complexos, a fim de explicitar os momentos de continuidade e ruptura<sup>3</sup> entre os mesmos, bem como apontar alternativas diante da desumanização propagada pela sociabilidade burguesa.

## 2 SOCIEDADE DE CLASSES E GÊNESE DO “RACISMO”

Ao analisarmos o estado da arte sobre a questão étnico-racial, ou propriamente o racismo sob bases ontológicas, temos duas obras publicadas com base na letra lukacsiana, a saber, Cunha (2022) e Silva (2012), em que se aproximam das bases materiais do racismo no modo de produção capitalista, bem como de seu caráter ideológico numa pseudociência racista burguesa, constituída a partir do século XIX. Tais teóricos utilizam obras medulares para a compreensão do racismo como alienação do ser humano, fundamentados em clássicos como *A Destruição da Razão* (2020), entre outras obras lukacsianas que apreendem o cerne das teorias pseudocientíficas próprias do caráter irracionalista provindo da era da decadência ideológica burguesa.

[...] No ano de 1830, tem início a crise decisiva.[...] Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre da economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial (Marx, 2017, p.86).

Concordamos que o processo de sistematização do racismo numa pseudociência foi promovido durante o período da transição da burguesia à classe conservadora, a partir da entrada em cena da classe proletária, especialmente a partir de 1848, marco da *Primavera dos Povos*<sup>4</sup>, em que tal classe ocupa posição de *classe para-si*, contra os desmandos da nova classe social

<sup>3</sup> A realidade — e por isso, também, seu reflexo e reprodução mental — é uma unidade dialética de continuidade e descontinuidade, de tradição e revolução, de transições paulatinas e saltos. O próprio socialismo científico é algo completamente novo na história, mas consome, mesmo assim, ao mesmo tempo um milenar desejo humano, aquele a qual tem aspirado os melhores espíritos (Lukács, 1966, p. 16, tradução nossa).

<sup>4</sup> Marx trata destes acontecimentos em diversas obras, a saber: *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte* (2011); *A Guerra Civil na França* (2011); *As lutas de Classe na França* (2012); entre outras.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

exploradora consubstanciada na burguesia. Este processo culmina no estágio imperialista do capital em que fascismo e racismo estão irmanados como soluções reacionárias utilizadas pela burguesia nos momentos de crise capitalista, ou seja, como reflexo do “caráter capitalista da barbárie fascista” (Lukács, 1979, p.160).

Dada a relevância do debate sobre o “racismo” e a tentativa de continuar o levantamento de questões e inquietações sobre tal categoria, realizamos o decurso temporal de sua *origem* na sociabilidade de classes e *mundialização* no modo de produção especificamente capitalista para elucidar cientificamente a diferenciação ontológica entre “racismo” e “racismo estrutural”. Remontamos o “racismo” como pontual nas sociedades anteriores ao capitalismo, o que nos leva a afirmação de que este provém da contradição imanente da sociedade de classes que produz uma disputa entre territórios e a possibilidade do conhecimento de diversas etnias ao redor do mundo. Desta feita, “o racismo é relacional, colocando grupos específicos em hierarquias contextualizadas de acordo com objetivos concretos” (Bethencourt, 2018, p. 12).

[...] o significado do termo “raça” é extremamente instável. A palavra começou a ser usada na Idade Média como sinônimo de casta, aplicada à cultura de plantas e à criação de animais. No fim do período medieval, era usada como definição de linhagem nobre na Itália e na França. Durante a longa contenda ibérica entre muçulmanos e cristãos, seguida da expansão ultramarina, o termo “raça” adquiriu um sentido étnico — originalmente aplicado aos descendentes de judeus e de muçulmanos, referindo-se à impureza do sangue, e foi depois usado para nativos africanos e americanos. Portanto, no contexto ibérico, o conteúdo semântico do termo desenvolveu-se através de um sistema hierárquico de classificação étnica. No século XVIII, o termo “raça” era usado na Europa para referir o gênero feminino e, de um modo geral, para indicar variedades de seres humanos. No seio das teorias das raças, o termo adquiriu um papel ambíguo na catalogação de subespécies, praticamente transformadas em espécies pelo racismo científico de meados do século XIX (ibid., p.15).

O confronto entre as distintas sociedades de classe, possibilitado pelo advento do excedente econômico, provindo do surgimento recíproco da propriedade privada, classes sociais e Estado (Engels, 1984), permitiram a emergência do germen racista, em que as disputas econômicas implicavam na subjugação da sociabilidade considerada “perdedora”, permitindo a exploração de suas terras e força de trabalho. Este processo talhou o surgimento de “preconceitos referentes à ascendência étnica combinados com ações discriminatórias” (Bethencourt, 2018, p. 18). As “contradições irreconciliáveis” entre proprietários privados e seres humanos explorados, deságuam no surgimento de novas formas de desumanização como o racismo. Nesse ínterim, o Estado ocupa papel seminal como defensor dos interesses da classe de proprietários privados de cada época histórica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (Engels, 1984, p. 191).

As guerras pontuais entre sociedades contíguas aos poucos se desenvolveram até chegar ao processo de mundialização do capital demarcado na colonização moderna (Santos Neto, 2020), durante o período da acumulação primitiva do capital (Marx, 2017). Esta polvorosa burguesa é chamada de “infância do capitalismo” (Santos Neto, 2015), momento histórico em que traficantes de pessoas escravizadas estão em plena mudança de pele, tal como uma cobra, para posteriormente integrarem a classe burguesa (Willians, 1975). Constatamos que a condição para a burguesia chegar ao domínio completo sobre a sociabilidade, ou o mesmo que o processo de subsunção real do trabalho ao capital, foi estruturado sob a exploração de pessoas escravizadas e extração de mais-valor absoluto devido às condições anômalas de desenvolvimento nas colônias.

Elucida-se, desta feita, o caráter capitalista da colonização moderna e do trabalho escravizado empreendido nas Américas. O racismo, antes fenômeno pontual de determinadas sociedades de classe, passa a ser mundializado junto às antagônicas relações de produção capitalistas ao longo do processo colonizatório (Césaire, 2006). Entre os séculos XVI e XVIII, gesta-se uma nova forma de racismo, com qualidades e especificidades diferentes, agora não se tratava mais de um elemento pertencente a algumas formações sociais, mas passa a se configurar como um mecanismo estrutural de desumanização de seres humanos ao redor do globo a serviço da valorização do valor. A seguir delinearemos os caracteres específicos do “racismo estrutural”.

### **3 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL, COLONIZAÇÃO E “RACISMO ESTRUTURAL”**

Ao tratar sobre a acumulação primitiva do capital, Marx (2017) demonstra o processo de constituição das classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista. “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

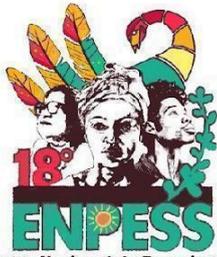
separação entre produtor e meio de produção”(ibid., p. 786). Nesse ínterim, a designada “pré-história do capital” ou “pecado original” que instituiu a “pobreza da grande massa” (ibid., p. 786) se configurou como uma sistemática subjugação, expropriação e violência aos servos e camponeses para estabelecer as condições necessárias de desenvolvimento do capital, situada entre os séculos XVI e XVIII, no continente europeu.

Desse modo, o autor supracitado remonta os cercamentos e clareamentos, onde grandes massas de servos e camponeses foram expulsos e assassinados, para que o capital em ascensão se apropriasse de suas terras e pudesse proletarizá-los, visto que sem a posse sobre terras e meios de produção, restaria à trabalhadora e ao trabalhador somente vender sua força de trabalho. Esta, por ser a única que produz mais-valor do que aquele objetivado no trabalho morto, é a peça chave para que o capital possa manter sua incessante acumulação.

Destacamos, desta feita, as *Bill for Inclosures of Commons* (leis para cercamento da terra comunal) que tinham o objetivo de expulsar trabalhadoras e trabalhadores de suas terras para transformá-las em propriedade privada. As artimanhas da classe burguesa em formação culminam na pilhagem e expropriação generalizadas. A expressão plena da usurpação realizada pela burguesia encontra-se na *Clearing of Estates*, ou o mesmo que “clareamento das propriedades rurais, o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos” (ibid., p. 800). Além da expropriação, também há a subjugação desses novos “trabalhadores livres” à disciplina do trabalho assalariado.

Ao mesmo tempo em que a burguesia empreendia o processo e transformação do servo europeu em proletário, também havia a necessidade de transformar os povos encontrados além-mar em assalariados para produzir mais-valor. A colonização, portanto, aconteceu como expressão da mundialização do capital (Santos Neto, 2020), em que a burguesia precisava se expandir para posteriormente derruir o sistema feudal e se consolidar como classe dominante do modo de produção capitalista.

O tratamento dispensado aos povos autóctones pela empresa colonizadora, revela o *fundamento ontológico do “racismo estrutural”*, em que o processo de racialização foi criado para delegar a estes povos o caráter de desumanidade. Desumanizar para explorar e dizimar, esta é a tônica da burguesia, que desumanizou povos inteiros sob o crivo do racismo, para escravizá-los e transformar suas terras em propriedade privada burguesa. Somente com a generalização da propriedade privada e do trabalho assalariado ao mundo, é possível o estabelecimento do modo de produção capitalista. Por isso, raça e racismo, enquanto mecanismos estruturais, são um



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

constructo burguês, utilizado desde o processo colonizatório para denominar os povos autóctones enquanto raças, em contrapartida, a burguesia branca, seria uma espécie de não-raça (Almeida, 2018), pois a branquitude seria a representante ideal do gênero humano, enquanto os racializados são desumanizados.

Além da desumanização, paira sobre a pessoa negra (ou racializada), o mito do selvagem e a demonização de suas expressões culturais, religiosas e estéticas, em que os colonizadores europeus não reconhecem os povos autóctones como seres humanos. Tais povos são designados como selvagens por possuírem um modo de vida completamente oposto ao mundo burguês em ascensão. Esta marcha se consubstanciou no “maior genocídio da história da humanidade” (Todorov, 1993), em que paira sobre o racializado, o mito do selvagem, onde é transformado na “figura do mal” (Fanon, 2008), visto que somente a religião do colonizador deveria figurar como válida.

A demonização dos racializados parte da concepção burguesa de que o “selvagem” seria uma “folha em branco” para apenas assimilar a cultura da branquitude europeia (Todorov, 1993). Esta, por sua vez, utiliza-se do cristianismo como arma ideológica durante a colonização, em que prega o “assimilacionismo” sob a falsa dicotomia: paganismo=selvageria e cristianismo=civilização (Césaire, 2006). Mediante esse processo, foi possível fabricar trabalhadores assalariados nas colônias. Marx empreende a análise da colonização moderna sob seu fundamento ontológico pautado na usurpação da propriedade pessoal dos nativos das colônias como condição para o estabelecimento do mercado mundial, por conseguinte, do capitalismo.

[...] a teoria da colonização de Wakefield [...] visa à fabricação de trabalhadores assalariados nas colônias. A isso Wakefield denomina *systematic colonization* (colonização sistemática). Inicialmente, Wakefield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, de meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não confere a ninguém a condição de capitalista se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas. O sr. Peel, lastima ele, levou consigo, da Inglaterra para o rio Swan, na Nova Holanda, meios de produção num total de £50 mil. Ele foi tão cauteloso que também levou consigo 3 mil pessoas da classe trabalhadora: homens, mulheres e crianças. Quando chegaram ao lugar de destino, “o sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou buscar-lhe água do rio”. Desditoso Sr. Peel, que previu tudo, menos a exportação das relações inglesas de produção para o Rio Swan (Marx, 2017, p 836).

Com a ironia costumeira, Marx satiriza a empreitada de Sr. Peel que não conseguiu manter pessoas escravizadas sob seu domínio ao chegar às colônias, simplesmente pelo fato de que, se a propriedade privada não estava generalizada, as pessoas procurariam terras e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

trabalhariam para si próprias ao invés de servir aos caprichos de um senhor. Por isso, durante a acumulação primitiva de capital os povos autóctones foram majoritariamente dizimados, visto que nenhum povo aceitou pacificamente ser escravizado. Tais métodos nada idílicos realizados pelos burgueses devem ser amplamente denunciados nos anais da história. *Fruto desse enleio nasce o racismo estrutural com a função social de permitir a desumanização dos povos autóctones para explorá-los e dizimá-los a serviço da valorização do valor.*

#### 4 CONCLUSÃO

[...] Seu jogo é sujo e eu não me encaixo  
Eu sou problema de montão, de Carnaval a Carnaval  
Eu vim da selva, sou leão, sou demais pro seu quintal [...]

Eu recebi seu ticket, quer dizer kit  
De esgoto a céu aberto e parede madeirite  
De vergonha eu não morri, to firmão, eis-me aqui  
Você não, cê não passa quando o mar vermelho abrir

Eu sou o mano, homem duro, do gueto, Brown, oba  
Aquele loco que não pode errar  
Aquele que você odeia amar nesse instante  
Pele parda e ouço funk  
E de onde vem os diamante? Da lama  
Valeu mãe, negro drama (drama, drama, drama)[sic.][...].<sup>5</sup>

A diferenciação entre “racismo” e “racismo estrutural” possui um caráter ontológico, ou seja, está no próprio *ser-precisamente-assim* dos complexos investigados. Enquanto o “racismo” tem sua gênese correlacionada ao surgimento das sociedades de classe, o “racismo estrutural” está indissolúvelmente ligado à conformação do modo de produção capitalista, ao longo da acumulação primitiva do capital e da colonização. A ruptura essencial entre as duas categorias está no fato de que o “racismo” anterior ao sistema do capital possui caráter *pontual*, enquanto o “racismo estrutural” é um mecanismo de desumanização burguês, possibilitado pelo processo de mundialização do capital ocorrido junto à marcha colonizatória. Aqui apreendemos a diferença ontogenética entre as duas categorias.

O âmbito dos preconceitos referentes à ascendência étnica combinados com ações discriminatórias foi profundamente alargado com a exploração de outros continentes; a expansão ultramarina e a colonização estimularam a classificação das variedades de seres humanos, essencial para a definição e a justificação de hierarquias (Bethencourt, 2018, p. 18).

<sup>5</sup> Ver nota de rodapé número 2.

O momento de continuidade entre as duas categorias está em que ambas referem-se a “preconceitos referentes à ascendência étnica combinados com ações discriminatórias” (ibid.), a diferença primordial é que no “*racismo estrutural*” esses processos são mundializados e disseminados para todas as partes do globo. A personagem *Tituba*, por exemplo, tenta fugir da escravidão, saindo da América e voltando para a sua terra natal, Barbados, porém, ao chegar em seu país, “o fedor do lucro e do sofrimento”(Condé, 2020, p. 204) a acompanha, visto que a condição de escravizada se consubstancia de forma mundializada, assim, também acontece com o “racismo estrutural”, *este é indissociável do sistema do capital*. Portanto, *o racismo estrutural é de natureza burguesa, a natureza do homem burguês é racista*.

No caso das mulheres negras escravizadas, impõe-se a particularidade de que o senhor teria o direito de estuprar a negra para reproduzir mais escravizados, portanto, mais trabalho vivo pudesse ser incorporado à produção de riquezas. Além de estuprar as mulheres negras para produzir novos escravizados e explorá-los, as filhas dessas mulheres também estavam fadadas a padecer sob o mesmo fim: aceitar o estupro ou morrer por se rebelar. Esta é a lógica que o sistema do capital impõe as mulheres negras. *O mais-valor extraído de cada escravizado durante o processo de colonização é perpassado pelo estupro sistemático e coletivo de mulheres negras*. A relação dialética entre classe, raça e gênero (Davis, 2016) é essencial para elucidarmos devidamente o caráter particular da exploração sobre a mulher racializada.

Mesmo com a tentativa burguesa de brutalização dos povos racializados durante a escravidão, ao longo de séculos de desumanização e demonização em todos os âmbitos da vida, tais povos conseguem refletir para além da imediatividade do cotidiano. Os explorados erguem um reflexo estético em que denotam através da poesia, música e literatura, as condições de vida desumanizadas que diversas pessoas passaram ao longo de séculos de escravidão, ocasionando consequências que se proliferam até hoje. Ressaltamos especialmente reflexos estéticos sobre a revolta dos povos racializados. Seja através da capoeira, considerada uma forma de reflexo estético ainda ligada ao mágico ou transcendente, bem como à literatura enquanto obra de arte cerrada em si. O reflexo estético dos racializados apontam para a reafirmação *para-si* de sua humanização (Lukács, 1966).

A desumanização empreendida inicialmente contra os povos racializados, é generalizada à classe trabalhadora com o estabelecimento do trabalho assalariado. Tal classe é transformada



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

em mercadoria e alienada de sua própria produção, por meio do trabalho assalariado. Além de impor o “*racismo estrutural*” ao mundo, a burguesia também sistematiza-o pseudocientificamente.

Após tais delineamentos e constatações, surgem novos questionamentos de como superar o racismo hoje, quando vivemos a crise estrutural do capital (Mészáros, 2011) e tal relação social alcançou seus limites absolutos (ibid., 2002). Parafraseando o húngaro: “como poderia o racismo fenecer?”<sup>6</sup>(ibid.) A resposta é complexa e exige muito além da vontade política individual, dado que o racismo e capital são indissociáveis, importa-nos construir uma luta antirracista para além do capital, em que a base econômica que permite a disseminação do racismo seja estruturalmente derruída, por meio duma revolução política com alma social (Marx, 1995), de modo a conquistarmos a emancipação humana (ibid., 2009).

## 5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX.** Companhia das letras, 2018.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo.** Ediciones Akal, S. A., 2006.

CONDÉ, Maryse. **Eu, Tituba: bruxa negra de Salem.** 7 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

CUNHA, Karoline. **Racismo: uma aproximação às bases materiais.** Editora Dialética, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

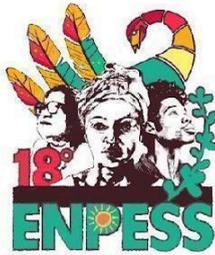
FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Ed. UFBA, 2008.

LUKÁCS, György. **La peculiaridad de lo estetico.** Livro I. Ediciones Grijalbo, Barcelona. 1966.

\_\_\_\_\_. **Existencialismo ou marxismo.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1979.

\_\_\_\_\_. **A Destruição da Razão** / Georg Lukács ; tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. – São Paulo : Instituto Lukács, 2020.

<sup>6</sup> Alusão ao título do capítulo 13, “Como poderia o Estado fenecer?”, da obra *Para Além do Capital* de István Mészáros.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. 1. ed. São Paulo: Global Editora. 1980.

\_\_\_\_\_. Glosas Críticas Marginais ao artigo “O Rei a Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano.” In: **Práxis** n.5 – Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed.- São Paulo : Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para a Questão Judaica**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **A guerra civil na França**. São Paulo, Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. Livro I. São Paulo: Boitempo. 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. 1 ed. São Paulo:Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo. 2011.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

\_\_\_\_\_. **Mundialização do capital**: imperialismo e subimperialismo. Goiânia-GO: Editora Phillos, 2020.

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e alienação**: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.